Acervo ISA
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. KGD00126

Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingang de Rio Grande do Sul

1. Os habitantes das casas subterrâneas

Segundo Pedro Ignácio Schmitz (1975: 10), "o território recebeu seus primeiros ocupantes...no fim do período glacial, aproximadamente 11.000 a 12.000 anos atrás.(...) Sobre as barrancas do Alto Uruguai e as dos formadores do Taquari localizaram-se resquícios de povoadores indígenas, que viveram ao ar livre ao longo das margens entre o sétimo e o quinto milênio a.C. Com o quinto milênio a.C. o povoamento torna-se mais denso e a partir de então as grutas e abrigos da encosta do planalto, nos vales dos rios Cai, dos Sinos e Maquiné são ocupados densa e largamente por povos indígenas... Um gênero de vida semelhante continua até o século XIII d. C. (...) Nas regiões mais frias do planalto, por debaixo dos matos de pinheiros, um outro contingente aprende a cavar casas subterrâneas para se defender das baixas temperaturas e a desidratar o pinhão para se alimentar nas longas estações de poucos recursos. Essas populações planaltinas, que ali vivem desde o século II d. C. expandem-se por cima dos terrenos altos muito mais para o norte, chegando até Minas Gerais."

Os primeiros eram grupos coletores-cazadores."Mais ou menos em 150 D.C. temos provas de terem-se tornado agricultores: surge a cerâmica.(...) O que encontramos em escavações... são as casas subterrâneas, grande característica desta tradição cultural: Tradição Taquara. Escavadas no solo, a partir de 450 de nossa era, apresentam uma forma cilíndrica (como um poço); as dimensões variam entre 2 e 18m de diâmetro e vão até 6m de profundidade; encontram-se isoladas ou agrupadas (... numa área havia mais de 30 casas). Entremeados e nas proximidades das casas, existem, em igual número montículos de terra que serviram de túmulos" (Mentz Ribeiro 1975: 42).

Os agricultores de tradição tupi-guarani aparecem no Rio Grande do Sul a partir do século V de nossa era, ocupando aos poucos as matas pluvial-subtropicais ao longo dos rios, com ecologia apropriada às roças de coivara. Será ainda nestes lugares que os encontrarão ós jesuitas do século XVII no começo das Reduções do Uruguai e Tape.

2. Os Guayaná e Gualacho coloniais

Na periferia do habitat dos Guarani, ou formando bolsões dentro desse mesmo habitat, os conquistadores do século XVI e os jesuitas do século XVII entravam en contato com povos não-guaraní, por tanto de língua e cultura bem diferentes. Esses índios foram logo conhecidos como Guayaná, mas receberam ainda outros nomes, dependen-

Acervo ISA

do da região e das fontes de informação. No território do atual estado do Paraná foram mais conhecidos como Gualacho. Entre os rios Piquiri e Yguasú estavam os Chiqui. A todos êles os Guarani chamavam geralmente com o nome de Yvyrajara ("donos do garrote").

O habitat preferencial desses índios eram as matas de araucaria dos planaltos paranaense e riograndense. Daí o nome de Pinarés aplicado aos que ocupavam a região dos pinhais das cabeceiras do Uruguai. Fala-se também dos Camperos, que percorriam os vastos campos do Paraná.

O nome de Coroados diz respeito à tonsura típica com que cortavam o cabelo, "como os frades". O cabelo comprido que usavam deu-lhes o nome de Cabelludos. E ainda pelo fato de viverem espalhados pelos campos e matos, em pequenos grupos que não mereciam o nome de aldeias, receberam o nome genérico de Kaiguá ou Caaguá, como aliás outros índios não aldeados, sem que por isso devam ser confundidos uns com outros.

Curiosamente, os índios não guaraní da região missioneira, entre as nascentes do Piratini, o rio Jacui, o Ygay e o Yguasú, com toda probabilidade antecessores dos atuais kaingang, foram chamados Tupi, como sinónimo de inimigo e culturalmente inferior.

Para mais detalhes sobre esse aspecto das denominações, cfr. Antonio Ruiz de Montoya, en MCA I: 241-44; 293-98; 345-51, Serrano 1936: 37-40; 57-63, Métraux (1946) 1979: 3-8, Hemming 1978: 538-39.

Provavelmente todos os nomes aqui assinalados não devem ser considerados senão como apelidos com que esses índios foram designdados pelos "outros", no intento de descreve-los sob o aspecto visual ou alguma característica do seu comportamento e modo de vida.

Para encerrar essa questão do nome, notemos ainda que a palavra Bugre inventada pelos neo-colonizadores do século XIX e usada ainda pela população regional é pejorativa e insuportável para os índios. A denominação de Kaingang foi introduzida por Telêmaco M. Borba em 1882, e embora adoptada pelos mesmos índios, não passa de uma generalização que satisfaz aos antropólogos, mas não corresponde às normas de autodenominação indígena. Internamente os índios se sentiam suficientemente identificados com a marca e o nome de sua pertença a uma das "metades" em que se classificam social e políticamente.

O modo de ser e costumes dos Guayaná (Guañaná) ou Gualacho foram descritos já em 1628 e 1630 pelo Pe. Antônio Ruiz de Montoya, com motivo da fundação da Redução da Conceição dos Gualachos, nas margens do rio Piquirí, no Paraná. O Pe. Montoya seja talvez o primeiro a registrar por escrito umas frases na língua gualacha, e por elas sabe-se de certo que se trata da língua hoje conhecida como kaingang: nĩyĩ chĩ cãy catũ taplĩ (fumaça preta sobe ao céu)
/nĩja sè kanhkãtu tãpry/ na ortografia moderna (MCA I: 347)

Acervo ISA

Montoya fala que ele mesmo fez um Catecismo breve na língua gualacha e o Pe. Francisco Diaz Taño uma gramática ("arte") e vocabulário (MCA I: 293; 345).

Aspectos fundamentais da cultura desses antigos kaingang eram, segundo Montoya, a vida em pequenos povoados, cada um com o proprio cacique, casas redondas "como fornos"; os homens geralmente nus, mas as mulheres vestidas com tecidos de fibras de urtiga; grande ciume das mulheres ao respeito dos maridos, e também inestabilidade dos matrimónios; importância e intensa participação nos ritos funerários, marcados pelo consumo de considerável quantidade de chicha de mel.

Os Gualacho se apresentam como índios de alta estatura e "pela mayor parte blancos"; de espíritu guerreiro, bons corredores e carregadores de pesadas cargas. Brigas entre bandos aparecem com uma frequência e regularidade quase "esportiva". O Pe. Montoya chama a a tenção sobre as terríveis "bebedeiras", motivo de incontroláveis estragos e até mortes. Assinala a presença entre eles de "feitizeiros", geralmente velhos, curandeiros e adivinhadores.

A importante etnografia dos Gualacho fornecida por Montoya (MCA I: 293-98; 345-51) nunca foi explorada, que saibamos, pelos antropólogos.

Com a destruição das Reduções do Guayrá pelos bandeirantes paulistas completada em 1631 e a consequente dispersão dos índios, as notícias dos Gualacho paranaenses tornam-se raras. Fica, porém, o acurado registro dessas tribus no mapa Paraquaria do Pe. Luis Ernot, em lugares onde serão reencontradas no século XIX.

3. Coroados e Bugres do século XIX

Os bandeirantes sempre sentiram que não era fácil se servir dos Coroados como mão de obra escrava. Assim esses índios ficaram tranquilos nas suas matas e no seu modo de ser. O interior dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e o planalto riograndense continuaram sendo durante todo o século XVIII e inícios do século XIX, terra de índios.

Os antigos Gualacho, agora mais conhecidos como Coroados, começaram a ser envolvidos pela expansão pastoril, quando em 1809, Diogo Pinto de Azevedo Portugal entrava nos Campos de Guarapuava. Num primeiro momento os índios atacaram e destruiram a povoação de Atalaia recem fundada em 1810. O chefe Combró e seus filhos Tandó e Cohí se opunham aos intrusos, mas logo as relações entre os criadores de gado e o grupo do cacique Viry tornaram-se mais amenas.

De fato, quando se deu a ocupação e povoamento dos Campos de Palmas pelas bandeiras de Joaquim Ferreira dos Santos e de Pedro Siqueira Cortes em 1839, foram os Coroados de Guarapuava que neutralizaram os índios arredios do lugar.

Acervo ISA

Em 1845, o Padre Antônio de Almeida Leite Penteado iniciava a catequese pelos Toldos dos Indios das imediações de Passo Fundo, distribuindo roupas e fazendas a mais de 400 índios que se lhe apresentaram. No mesmo ano, o tenente Francisco Ferreira da Rocha Loires abria novo caminho de tropas entre Palmas e Cruz Alta e, no regresso, "demorou-se entre os índios, ensinando-lhes a preaparar e fazer uso das ferramentas, e os deixou mui contentes" (Roche 1961: 168). Mais tarde, esse capitão Francisco Loires foi diretor geral dos índios da nova província do Paraná, com honras de brigadeiro (Silveira 1979: 341). No passo de Goio-en, em terras do cacique Nonoai, foi estabelecido um aldeamento de índios e, em 20 de julho de 1846, nomeou-se diretor desse aldeamento João Cyriano da Rocha Loires. Conforme seu proprio depoimento, "por sua conta e risco, passou a catequizar os índios coroados. Foi-lhe isso fácil, sabia o dialeto semelhante ao dos bugres do Paraná e auxiliado pelo cacique Victorino Condá... ascendência excerceu sobre os bugres..." (Silveira 1979: 341). De fato, Condá, já a soldo dos militares e fazendeiros de Guarapuava desde 1843, exercia agora o triste papel de "bugreiro" junto aos Coroados de Nonoai, "dando-se-lhe uma mensalidade de 5$000 de cada 50 (índios) que apresentasse" (Cf. Roche 1961: 222).

Na mesam época dava-se a expansão de fazendeiros e ervateiros desde Cruz Alta e a Villinha (Palmeira das Missões) em demanda dos ricos campos e ervais do Alto Uruguai. Foi em maio de 1847 que 200 índios do cacique Fongue, habitantes do chamado rincão da Guarita, apareceram pacificamente no campo do tenente José Joaquim de Oliveira em procura dos bens da "civilização" e receberam fazendas por valor de 162$240 Rs., conforme o relato do Presidente da Província, Manoel Antônio Galvão, em 5 de outubro de 1847. Este calculava, entre Nonoai, Palmeira, Mato Castelhano e vizinhanças, perto de dois mil indígenas, dispostos a aldearse (Roche 1961: 223).

A catequese e civilização dos índios era motivo de preocupação e, sobretudo a partir de 1845, o Governo da Província de São Pedro dizia-se interessado com "esses restos dos primeiros habitantes do nosso Paiz, que tão uteis nos podiam ser" (Roche 1961: 167).

Para a mentalidade da época, porém, a catequese e civilização dos índios vinha a ser sinônimo de redução dos índios em aldeamentos. O objetivo real era fixar os índios num lugar e deste modo evitar a sua livre movimentação pelos campos já cobiçados pelos colonos. Inicialmente os índios eram conquistados com presentes de ferramentas, roupas e até alimentos, creando-se uma dependência que logo virou crônica nos índios e insuportável para os brancos.

Acervo ISA

A pedido do Governo e com o apoio inicial dos vizinhos um grupo de jesuítas espanhóis começou nesse tempo as Reduções dos índios Bugres ou Coroados, como eles as chamaram com clara alusão às antigas reduções do Paraguai.

Nos últimos dias do mês de fevereiro de 1848 o Pe. Bernardo Parés entrava na aldeia do cacique Fongue, na Guarita. Desde então ficaram junto aos índios dois Padres. Outros jesuitas começaram a trabalhar com os índios do aldeamento de Nonoai em março de 1849. Em junho de 1850 começou a missão com um grupo de índios que respondiam à autoridade dos capitães Braga e Dobre, no Campo do Meio (ou Campo Neutral, como também foi chamado), entre o Mato Castelhano e o Mato Português. Mas essas "Reduções" tiveram vida bem curta. No dia 1º de janeiro de 1852, o superior da Missão, Pe. Bernardo Parés, dava por encerrada a missão e os compromissos assumidos com o Governo da Província a este respeito.

Por parte dos Padres a principais dificuldades sentidas foram a falta de saúde de alguns dêles, o pouco ou quase nenhum progresso na língua kaingang, a recusa dos índios para se juntar em grandes aldeamentos e o escaso interesse que mostravam para o trabalho agrícola; tudo isso dificultaba uma catequese sistemática tal como a pensavam os Padres. Parece ter influido também para a saída a consideração do pequeno número de índios com que contavam aqueles aldeamentos: 250 na Guarita, 470 em Nonoai, 150 no Campo do Meio, quando aqueles seis Padres poderiam se dedicar a outros ministérios de maior alcance. Mas o que mais sentiram os jesuítas foi a oposição movida pela maçonaria tanto a nível de Governo como a nível de opinião pública, especialmente em Porto Alegre.

No entanto os fazendeiros perceberam também que não tinham nos missionários os aliados que pensavam e até começaram a levantar calúnias contra eles. Já em janeiro de 1851, o Pe. Parés escrevia ao Presidente da Província nestes termos: "Tem havido já differentes casos de espalhar entre os Bugres noticias alarmantes de que o Governo queria prender eles e levar para longe ou recrutar para soldados. Que os PP. Missionários eram pagos pelo Presidente para logo os traiçoar. Que os PP. vendiam as fazendas que o Governo manda para eles. Me consta que estes alarmas têm sido espalhados por pessoas que quizeram que os Bugres se levantassem e fugissem para os matos para eles ocuparem seus campos, que cobiçam, em particular o de Nonoai. Outros têm solicitado para que lhes vendam campos e têm com isso excitado rivalidade entre os diversos chefes, que pretendem todos ser deles os Campos, e ter direitos para os vender" (Ms. Tabularium Miss. Chilo-Paraq.) O Pe. Parés estava decididamente ao lado do velho Nonoai, quando êste estava justamente revoltado con-

Acervo ISA

tra as pretensões e a ocupação abusiva de três léguas de campo pelo ex-diretor dos índios, João Cypriano da Rocha Loires, o "glorioso fundador" da cidade atual de Nonoai, e não deixava de denunciar a presença de outros intrusos indesejáveis (Carta de 10 maio 1852, em Pérez 1901: 901). Devemos também ao Pe. Parés o relato verdadeiro do massacre de mais de sessenta índios, quase todos mulheres e crianças, ocorrido no dia 18 de agosto de 1851, a 30 kms. de Lagoa Vermelha; um fato que as autoridades de Vacaria, as principais responsáveis, queriam ver silenciado (Pérez 1901: 902-905). O mesmo engenheiro Mabilde (1899: 138-39) divulgava ainda, anos depois, a versão que pretendia justificar a ação dos assassinos (cf. Becker 1976: 313-15).

A situação nos aldeamentos, especialmente em Nonoai, tornou-se tão tensa, devido à invasão dos "brasileiros", que os missionários chegaram a pedir uma força armada para as "reduções","para segurança dos proprios bugres e para que não se repitam os tristes sucessos de Palmas e Guarapuava que lamentamos ver reproduzidos em Vacaria, onde os inocentes seram vítimas de crimes muito alheios a eles (e)... para reprimir a cobiça daqueles que queriam que se levantassem para apoderar-se das terras que o governo lhes cedera" (Teschauer 1929: 316-17).

Os missionários foram acusados de quererem formar uma República independente com os índios. A realidade era, por desgraça, bem menos revolucionária; a proposta do Pe. Parés era, fazendo sua a ideia do Sr. Oliveira, a de trazer caboclos, trabalhadores e devotos cristãos, que se misturassem com os índios. "Tinham-se pedido cinquenta praças para Nonoai e trinta para a Guarita, e deviam vir de Rio Negro, distante umas 70 léguas, com suas famílias, pois exigia-se que fossem casados..." (Pérez 1901: 542). Mas este plano não foi executado.

Do ponto de vista mais estrito da catequese, os resultados foram, sem dúvida, muito limitados. Consta a grande aceitação que tiveram entre os índios o rezo do terço, os cantos religiosos e a celebração das festas. Por outro lado, os jesuítas não tiveram pressa em batizar os índios; sabiam que "são muitos os que para ter compadres e padrinhos se têm feito batizar duas, três ou mais vezes sem fazer do batismo outra estimação ou apreço que a do interesse que lhes poderia resultar de compadres e padrinhos (Rel. do Pe. Parés, janeiro 1851, supra cit.). Data, porém, daquele tempo o batismo do velho cacique Votouro no dia 4 de dezembro de 1851, administrado pelo Pe. Julián Solanellas. "Este índio é de estatura alta, magro, muito venerável pelos seus cabelos brancos e pelos anos, que passam certamente de cem, mas sobretudo pelos seus modos afáveis e patriarcais que dão a ideia de um Isaac ou de um Jacó" (cf. Pérez 1901: 567-69).

Acervo ISA

Um resultado acidental, mas bastante interessante, da presença jesuítica entre os Coroados foi a informação etnográfica que ficou consignada nas cartas e relatórios dos missionários. Os escritos do Pe. Bernardo Parés revelam nêle um analista muito lúcido da situação do índio em relação à realidade social e política da região. Algumas cartas dos Padres Julián Solanellas e Santiago Villarrubia contêm um importante arsenal de dados etnográficos; são numerosas, em efeito, as indicações sobre migrações recentes e localização dos "bugres", demografia, organização social, personalidade dos caciques, conflitos e brigas entre bandos contrários, ritos funerários, "religião" indígena, tipo de habitação e formas de economia, entre outras. Não deixam de ter interesse várias notas "psicológicas" ao respeito do relacionamento dos índios com os missionários. Importantes trechos desses escritos foram publicados na obra de Rafael Pérez, La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil (Barcelona 1901), mas a maior parte dos originais conserva-se inédito no "Tabularium Miss. Chillo-Paraq. Soc. Iesu" e no "Archiv. Rom. Soc. Iesu", e foi escasamente aproveitado pelos pesquisadores da cultura e história kaingang.

Em Nonoai, dimitido o diretor Rocha Loires, foi nomeado para substituí-lo o tenente coronel Thomaz Bandeira, e pouco depois o Pe. Antônio de Campo Leite Penteado, de Cruz Alta. "Foi durante sua descurada administração, escreve Hemeterio J. Velloso da Silveira em 1909 (1979: 342) que teve lugar o assalto dos bugres à estância de Clementino Pacheco, assassinato deste e vários peões de estância. Passados dias, houve reação, sendo massacrados vários bugres..."

O seguinte diretor foi o já conhecido José Joaquim de Oliveira. "Obteve a incorporação do seu pequeno toldo, dos bugres da Guarita ao de Nonoai, sob a sua exclusiva direção... Vendeu a fazenda da Guarita ao Major Novaes Coutinho, e mudou-se para Nonoai, onde fez reviver antigas acusações contra o Major Rocha Loires" (ibid.)

Em 1861, dois meninos foram levados a Porto Alegre e entregados ao Bispo. "Fê-los batizar, pondo-lhes os nomes de Pedro Nonoai ~~e Ricardo~~ e Ricardo Necaphim. Deveriam esses, conforme o aproveitamento nos estudos, ser no futuro, os diretores dos seus irmãos de raça". Mas o Pedro Nonoai moria de câmaras de sangue, em 1864, e a experiência deu-se por encerrada.

Em 1870 foi levado ainda um missionário para Nonoai, o Pe. José Stuer. Na época Nonoai contava com só 300 índios ao lado de 1.300 "civilizados" e 60 a 70 escravos. Desanimado, o Padre deixava o lugar em fins de 1872.

Acervo ISA

A mão de obra dos Coroados nunca foi muito solicitada na região, senão nos ervais e só ocasionalmente. A presença e visitas dos índios nas fazendas eram olhadas com receio. Com os anos o problema dos índios girava cada vez mais em torno das terras que eles consideravam legitimamente suas e pelas quais circulavam livremente, mas que já eram fortemente cobiçadas por terceiros. O intento de transferência dos índios de Guarita para Nonoai deve ser interpretado neste contexto. Referindo-se aos anos 1864/5, o professor e zoólogo alemão Reinhold F. Hensel da conta desta política de concentração dos índios. "O governo brasileiro se esforçou em fazer sair dos seus matos os Coroados e acostumá-los a lugares certos. Por este motivo atualmente no Rio Grande do Sul eles só são encontrados em estado mais ou menos civilizado, aliás em três zonas: Nonoai..., Campos do Meio, e na Colônia Militar de Caseros" (cf. Becker 1976: 64-65).

Em 1880 o cacique Fongue estabeleceu-se em Inhacorá, provavelmente "por solicitação de fazendeiros da área, que alegavam perjudicarem os índios a tranquilidade da região com correrias, roubos e outros atos agressivos" (Moreira Neto 1971: 398). Neste mesmo ano, contavam-se 1.255 índios em oito assentamentos: Inhacorá, Guarita, Pinheiro Ralo, Nonoai, Campo do Meio, Pontal, Caseros e Campos de José Bueno. Em 1887 os aldeamentos baixam para cinco com 909 índios (cf. Becker 1976: 65). Esses dados, porém, só teriam um valor indicativo. Parece que de fato esses aldeamentos nunca concentravam a totalidade dos Coroados, que continuavam seu modo de vida bastante livre nas matas e só chegavam à direção do aldeamento quando precisavam alguma ferramenta ou fazenda. Mas essas mudanças nos assentamentos indicam, também, até que ponto os índios tinham perdido o controle do proprio chão e passaram a depender da flutuante vontade do governo e dos administradores, mais interessados em favorecer os novos "donos" da região e sua segurança que a vida e a tranquilidade dos índios.

Pode-se dizer que na "catequese e civilização" da segunda metade do século XIX despontaram já toda a série de problemas que vai herdar o século XX: inestabilidade dos asentamentos indígenas, dependência do índio do governo, abusos na administração dos toldos, intrigas e ocupação abusiva de terras por parte dos fazendeiros, precariedade da missão católica, ideologia discriminatória contra o índio, "estrangeiro na su propria terra".

4. Os Kaingang modernos

Por volta de 1910 tanto índios como colonos, embora por motivos diversos, sentiam a necessidade imperiosa de ver as terras indígenas já discriminadas e demarcadas. A partir de 1911 procedeu-se à demarcação da major parte das áreas hoje existentes e outras já extintas

	Demarcação		Expropriações	Area atual	População
Nonoai	1911	39.980 ha	1949: divisão e reserva forest. 1962: secção Planalto	14.910 ha	1.600±
Ligeiro	1911	4.552 ha		4.552 ha	715
Caseiros	1911	1.003 ha	1930±: "abandonado" (?)	zero ha	
Ventarra/ Erechim	1911	753 ha	1962: extinto p/ Governo Est.	zero ha	
Carreteiro	1911	600 ha		600 ha	200±
Cac. Doble	1911	5.859 ha		5.450 ha	500±
Serrinha	1912	11.950 ha	1949: divisão particul. e reserva forestal 1962: extinto	zero ha	
Guarita	1918	23.187 ha		23.187 ha	2.600±
Votouro	1918	3.100 ha	1962: reduzido	2.068 ha	645
Inhacorá	1921	5.859 ha	1962: diminuido	1.060 ha	370±
Lagoão	(Discriminação de aproximadamente 1.000 ha)			zero ha	
Guarani	1943	741 ha	1962: reduzido	280 ha	

(Um Toldo Guarani para assentados em Santo Cristo, em 1912, e outro Toldo Guaraní para instalados na Colônia Santa Rosa, en 1921, não chegaram a durar e parece que nem sequer foram discriminados)

Fonte do precedente quadro, Simonian 1979: 133.

Nos primeiros tempos os Toldos foram assistidos pelas chamadas Comissões de Terras. Nos anos 40 o Serviço de Proteção aos Indios (SPI) assumiu mais diretamente a direção de algumas áreas, creando-se a distinção entre Postos e Toldos. É nessa década quando as novas migrações para a região do Alto Uruguai constituiram uma real ameaça contra as terras indígenas; é o tempo em que se dava precisamente a multiplicação das paróquias (Rubert 1972: 56ss).

Acervo ISA

As piores investidas contra as terras indígenas ocorreram, primeiro em 1949, e depois em 1962, durante o governo de L. Brizola. "Concretizou-se uma "pseudo-reforma agrária" em cima dos territórios indígenas. Serrinha, Ventarra, Caseros, Lagoão, foram totalmente expropriados aos seus legítmos donos e estes jogados sobre outras áreas indígenas no Estado ou nas estradas. Inhacorá, Votouro, Guarani e Nonoai foram em parte também restringidos, possibilitando a concretização da "pseudo reforma agrária". Quem sai ganhando nesta luta não são os "sem terra", que continuam tão marginalizados quanto antes, mas as empresas rurais, as grandes propriedades. Assim que as terras indígenas foram e vêm sendo concebidas como terra livre, terra de ninguém, passível pois de apropriação que será diretamente realizada pelo estado ou por este ratificada" (Simonian 1980: 5).

Como o movimento de invasão e ocupação das áreas indígenas não cessasse, foram os mesmos índios quem tomaram a iniciativa e, em maio de 1978, expulsaram os coupantes não índios de Nonoai; uma luta que repercutiu em outras áreas como Cacique Doble e Guarita, embora com resultados diversos.

Para um conhecimento mais detalhado da "aventura" de cada uma das áreas indígenas e da situação atual, pode-se consultar a síntese elaborada pela Profa. Lígia T. L. Simonian: Visualização: Estado expropria e domina povo guarani e kaingang. Ijuí, 1980.

Nos últimos anos, porém, mais que as mesmas terras, o que está em perigo é o "chão cultural" dos Kaingang, pela via da emancipação; sem índios não haveria mais terra de índios.

Bartomeu Melià, s.j.
Miraguaí, abril 1983

Referências bibliográficas

Becker, Itala Irene Basile, O índio kaingang no Rio Grande do Sul, em Pesquisas (Antropologia 29), São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1976.

Cardoso, J.A. e Westphalen C.M., Atlas histórico do Paraná. Curitiba: IGP, 1981.

Hemming, John, Red Gold; the Conquest of the Brazilian Indians. London: Macmillan London Ld, 1978.

Mabilde, Affonso P.T., Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação "Coroados" que habitam os sertões do Rio Grande do Sul, em Annuario do Estado do Rio Grande do Sul, XV (Porto Alegre 1899) 125-51.

MCA = Manuscritos da Coleção de Angelis, I: Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

Mentz Ribeiro, P.A., O índio pré-histórico e histórico dos Vales dos rios Pardo e Cai: o trabalho do CEPA, em VV.AA., O índio no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado do RGS, 1975. pp. 41-51.

Métraux, Alfred, Os Kaingang; trad. de The Kaingang, em Handbook of South American Indians, I (Washington 1946) 445-75. Curitiba: Anai, 1979.

Moreira Neto, Carlos de Araujo, Alguns dados para a história recente dos índios Kaingáng, em La situación del Indígena en América del Sur. Montevideo: Biblioteca Científica, 1971.

Pérez, Rafael, La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil. Barcelona: Imp. Henrich, 1901.

Roche, Jean, L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847. Porto Alegre: Univ. do RGS, Fac. de Filosofia, 1961.

Rubert, Arlindo, A diocese de Frederico Westphalen. Canoas: Ed. La Salle, 1972.

Santos, Sílvio Coelho dos, A integração do índio na sociedade regional; a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Univ. Fed. Santa Catarina, 1970.

Schmitz, Pedro Ignácio, O índio e a colonização do Rio Grande do Sul, em VV.AA. O índio no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1975, pp. 9-15.

Serrano, Antonio, Etnografia de la Antigua Provincia del Uruguay. Paraná (Argentina), 1936.

Silveira, Hematério José Velloso da, As Missões orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre: ERUS, 1979 (1ª ed.: 1909).

Simonian, Lígia T.L.(org.), A defesa das terras indígenas: Uma luta de Moysés Westphalen. Ijuí: FIDENE, 1979 (Cadernos do Museu 8).

Simonian, Lígia T.L., Visualização: Estado expropria e domina povo guarani e kaingang. Ijui: FIDENE, 1980 (Cadernos do Museu 9).

Teschauer, Carlos, Poranduba riograndense. Porto Alegre: Liv. do Globo, 1929.

Tovar, Antonio, Catálogo de las lenguas de América del Sur. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1961.

Bartomeu Melià, s.j.
Cx. P. 14
98540 Miraguaí, RS